



Data da pesquisa: 21/02/2019 09:08:00

## Resultado da Pesquisa ao Sistema de Controle de Produtos Químicos

**CNPJ:** 41.301.508/0001-07  
**Razão Social:** C. NAPOLEAO BASTOS TIGRE  
**Inscrição Estadual:** 000.065.553.250  
**Endereço:** TRAVESSA SÃO JOSE, S/N Bairro: TIMBU Município: EUSÉBIO UF: CE CEP: 61760-000  
**CNAE:** 4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

**Situação:** Ativo **Data de Vencimento:** 18/02/2020  
**CRC:** 2019/045542  
**CLF/AE:** 201945282-5  
**Protocolo:** 08270.001776/2019-97  
**Tipo do Requerimento:** Emissão  
**Data Emissão:** 18/02/2019

## Produtos Autorizados

NCM	Substância
2806.10.10	ÁCIDO CLORÍDRICO (ESTADO GASOSO)
2815.11.00	HIDRÓXIDO DE SÓDIO (SÓLIDO)

Lei 10.357 de 27 de dezembro de 2001

Art. 4º Para exercer qualquer uma das atividades sujeitas a controle e fiscalização relacionadas no art. 1º, a pessoa física ou jurídica deverá se cadastrar e requerer licença de funcionamento ao Departamento de Polícia Federal, de acordo com os critérios e as formas a serem estabelecidas na portaria a que se refere o art. 2º, independentemente das demais exigências legais e regulamentares.

Portaria - MJ 1274 de 25 de agosto de 2003

Art. 9º A renovação da licença deverá ser requerida no período de sessenta dias imediatamente anterior à data de vencimento do Certificado de Licença de Funcionamento, devendo o requerente apresentar, a critério da autoridade competente, os documentos especificados no art. 4º desta Portaria.

1º O requerimento para renovação da licença, se protocolizado no prazo previsto neste artigo, prorroga a validade do Certificado de Licença de Funcionamento até a data da decisão sobre o pedido, habilitando a pessoa jurídica a continuar exercendo suas atividades com o referido documento.

2º Será automaticamente cancelado o cadastro da pessoa jurídica que não requerer a renovação da licença no prazo especificado no caput, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas previstas no art. 14 da Lei no 10.357, de 2001.

Ok